

Educação e o dever do Estado

Dom Lourenço de Almeida Prado

La dizer que a ameaça de uma Medida Provisória, prevista para o dia 22 do corrente, estrangulando ou levando a uma respiração ofegante e dispnéica a chamada livre (?) iniciativa em educação, reabre o problema das mensalidades. Mas não é bem isso. A questão não é reaberta. O provisório é, por paradoxo, a única situação permanente nos cuidados educacionais do governo.

Acordamos, cada dia, sem saber qual será o colorido do sol ou se o sol chegará a nascer. Se nem tudo são trevas, o provisório é uma atmosfera nublada e escurecida, que não deixa ver longe, nem deixa planejar. É a instabilidade. E, no caso, o instável traz consigo a insegurança de um viver sob risco da prepotência ou do fígado político do chefe. Estes, aliás, não se sabe bem quem seja, porque aí também chega o provisório (em regime sem lei, em regime oscilante de normatização movediça e, por isso, personalista, não pode existir uma política de governo). Aí quem manda ou quem fala é o chefe, que pode ser Dallari ou Lucas. Nessa "democracia" cabe tudo, tanto a tendência humanista, em que a pessoa, sufocada, é reduzida a puro meio.

Não sei bem como será a medida provisória anunciada. Li o que os jornais dizem. E isso assusta. Aliás, deixar no anunciado um quê de indefinido é um expediente que confere à ameaça uma feição mais assustadora. Mais que isso. O obscuro facilita a promoção da luta: nada mais eficaz para destruir a escola, na sua tarefa de ajudar a criança e o jovem na caminhada em busca da maturidade sadia e plenificada, que semear a luta ou (mais corrosiva que a luta) a desconfiança entre pais e mestres. O regime de suspeição (um não confia no outro), comum nos tempos de guerra, é, como dizia um grande escritor francês que andou por aqui, no tempo da 2ª Guerra Mundial, mais desumano que a própria guerra.

preço do trabalho educacional, para a iniciativa particular. A Constituição diz (venia para a repetição): "A educação é direito de todos e dever do Estado" (Art. 205). Se o Estado é que tem o *dever*, a ele cabe dar, não impor condições a outros, para que o façam, em seu lugar. Da iniciativa privada a Constituição diz três coisas: primeiramente, "é livre, isto é, tem permissão para existir, logo não é devida", enquanto que a do Estado é devida. A seguir estabelece apenas duas condições: seguir as normas da educação nacional a ser avaliada e autorizada pelo Poder Público (Art. 209). Que se depreende desse artigo? Primeiro, que a escola particular, não devida, é uma oferta. Não é devida, como direito dele, ao cidadão. Se o cidadão, que tem o direito de exigir do Poder Público (leia-se o Art. 208), preferir uma escola particular (não exigível como direito) só o deve fazer, no uso da liberdade concedida, se lhe convier. Se o ofertante só tem interesse em abrir uma escola a determinado custo, usando a permissão da Constituição, o pretendente verá se lhe convém ou não, nessas condições. Se não lhe convier, recorra ao seu direito assegurado pelo dever do Estado.

Para tornar mais nítida a diferença entre a situação do Estado, que *deve a todos* e a da iniciativa particular, que é mera alternativa oferecida a quem a quiser, é importante chamar a atenção para o fato de que a Constituição de 1988 alterou a posição do Estado em relação à educação particular: a anterior não só admitia, mas oferecia amparo; a atual nega esse amparo, permitindo apenas ou tolera. Vejamos os textos. A Constituição anterior dizia: "o ensino é livre à iniciativa particular, e qual merecerá o amparo técnico financeiro dos poderes públicos, inclusive bolsas de estudos" (Const. 1967. Art. 168 § 2º). A de 1988 diz apenas: "o ensino é livre à iniciativa privada", (*ponto final*). Omite, portanto, a referência a amparo técnico-financeiro e bolsas. Estas, aliás, são expressamente proibidas pelo Art. 213.

Imagino que, se alguém chegou até aqui na leitura deste artigo, ele me venha com a pergunta: "acha o senhor que não há desonestidade e até explorações a serem confiadas no ensino particular?" Responderei que não acho, não. Sei que há muita coisa boa no ensino particular e mais haveria se não fosse tão maltratado pelo que tem o dever de dar escola, mas reconheço haver, no seu meio, aproveitadores ou gananciosos. Reconheço, sim, mas faço duas perguntas: Não os há, também (até, em maior número e com a agravante de o roubo ser praticado por quem tem, por ofício, a guarda da chave), no serviço público de educação? E a segunda pergunta: Que é que torna possível a presença de exploradores na iniciativa particular? Não será a ausência de uma escola pública *confiável* a seu lado? Se existisse essa escola, ofereceria uma concorrência que desanimaria qualquer espertalhão. Como hesitar entre a gratuita e a paga? Qual o insensato que escolheria a paga? Assim, em vez de implicar com a particular, cuide o Estado de cumprir o que é dever seu. Digo dever do poder público, constitucional, não dever desta congregação religiosa, nem de um grupo profissional, nem de qualquer cidadão singular. Cuide do que é seu dever que o problema está resolvido. Nenhum esperto será tão ingênuo ou imaginará um povo tão ingênuo, para abrir, no lado da escola gratuita, uma escola caça-níqueis. Se alguma coisa ousasse a iniciativa particular seria tentar uma escola que atraísse pela qualidade. E não será um pouco por isso, ao menos em relação ao 1º e 2º graus, que a escola particular levanta oposição? Dê, pois, o Poder Público, aos pais, a escola a que têm direito e que, conforme a Constituição, é seu dever proporcionar, em vez de incitá-los contra a livre iniciativa. Cumpra-se a Constituição. "A educação, direito de todos e dever do Estado." (Art. 205)

Aliás, vale a pena deixar de lado a primeira pergunta relativa à existência ou não de exploradores, no serviço público de educação, pois essa resposta é conhecida e ninguém ignora a culpa que pesa sobre o gerente do dinheiro público nesse setor administrativo e reservemos nosso espaço para insistir no exame de segunda. Seja-nos permitido dizer de novo: cuide o governo de sua escola e não haverá mais problemas. Tentemos avaliar a matéria na perspectiva da nova indagação: Tem o governo, nos termos da atual Constituição Brasileira, direito ou títulos jurídicos para ditar os custos de uma escola que não é devida?

Vejamos se, nos termos da Constituição, o Estado pode determinar o

E a omissão não é mero descuido, mas marca intencional do estatismo, como se confirma no Art. 213, que destina, como uso exclusivo, o dinheiro do público para o ensino público. E, ainda, proíbe a oferta de bolsas. Note-se a feição totalitária: impede o cidadão de ser livre na escolha de sua escola. Como vemos, se o Poder Público não toma conhecimento da escola particular, se não a reconhece, proporcionando (com o dinheiro que não é seu, mas do público) recursos para que cada um possa, sem outro ônus, escolher a sua escola, a que título ele limita o expresso no Art. 209 — o ensino é livre à iniciativa privada — determinando que não será livre, mas sujeito a um custo tabelado? Que liberdade é essa?

Volto ao que foi dito: "Cuide o Poder Público da sua escola, que o problema estará resolvido". Estará resolvido? A rigor, não estará. Estará resolvida essa peleja desgastante e inglória, exaltada como se fosse o grande problema educacional brasileiro, das mensalidades. Mas elevemos, se formos capazes, um pouco mais o nível do nosso questionamento e nossas aspirações humanistas. Seremos forçados a reconhecer que ficar nessa mesquinha de briga nânica é a altura ou o nível que nos impõe essa Constituição de 88, dita cidadã (adjetivação, aliás, meio desafinada), mas, ao menos no que se refere à educação, não toma conhecimento do que há de mais nobre na criatura humana, a sua liberdade, a sua precedência sobre o Estado, do qual não é servidora ou escrava, mas senhora que deve ser servida. A Constituição é, em educação, estatista ou totalitária. Coloca nas mãos do Estado, que devia ser prestador de serviços, o dinheiro público como instrumento controlador da pessoa, impondo-lhe, sem dar-lhe o direito à diferença, a escola única. Elevemos nossas preocupações. Mude-se a Constituição. Reconheça ela que o dinheiro público é do público e que seu gerente não tem apenas o dever de dar escola, essa sua escola estatal, mas a escola que o cidadão preferir. Relembremos a Declaração Universal dos Direitos do Homem: "os pais têm por prioridade o direito de escolher o gênero de educação a dar a seus filhos" (Art. 26). E, além disso, não se impeça, com normas — como dinheiro público para a escola pública e a proibição de bolsas —, mesmo nessa área do vil metal, o Poder Público de recorrer ao serviço particular, se esse se apresentar como o caminho mais barato, mais eficiente e mais adaptável à fisionomia de cada cidadão.